

Comércio quer regularizar invasão logo

DF
ANOUSHE DUARTE

Apesar da existência de uma lei regulamentando a invasão de áreas públicas, os representantes do comércio lojista ainda não sabem quando poderão colocar em prática uma proposta com alterações nas entrequadras do comércio local. A construção de ruas atrás dos estabelecimentos comerciais, estacionamento exclusivo, áreas de lazer, além da expansão das lojas em, no máximo, seis metros, são algumas das mudanças propostas pelo setor lojista. Lázaro Marques, presidente do Sindivarejista, chegou até a definir uma planta com todas as alterações.

Mesmo com a existência de uma lei que regulariza as invasões de áreas públicas - sancionada pelo governador Cristovam Buarque, em maio do ano passado - nenhuma modificação pode ser feita, em Brasília, sem a concordância do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Isto porque a cidade é tombada e declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

O deputado Luiz Estevão (PMDB) foi ao Rio na semana passada e obteve o apoio do arquiteto Oscar Niemeyer para as modificações. Com o aval do arquiteto, Lázaro Marques acredita que a lei já

poderia entrar em vigor. "No nosso entender, o problema está resolvido", argumenta.

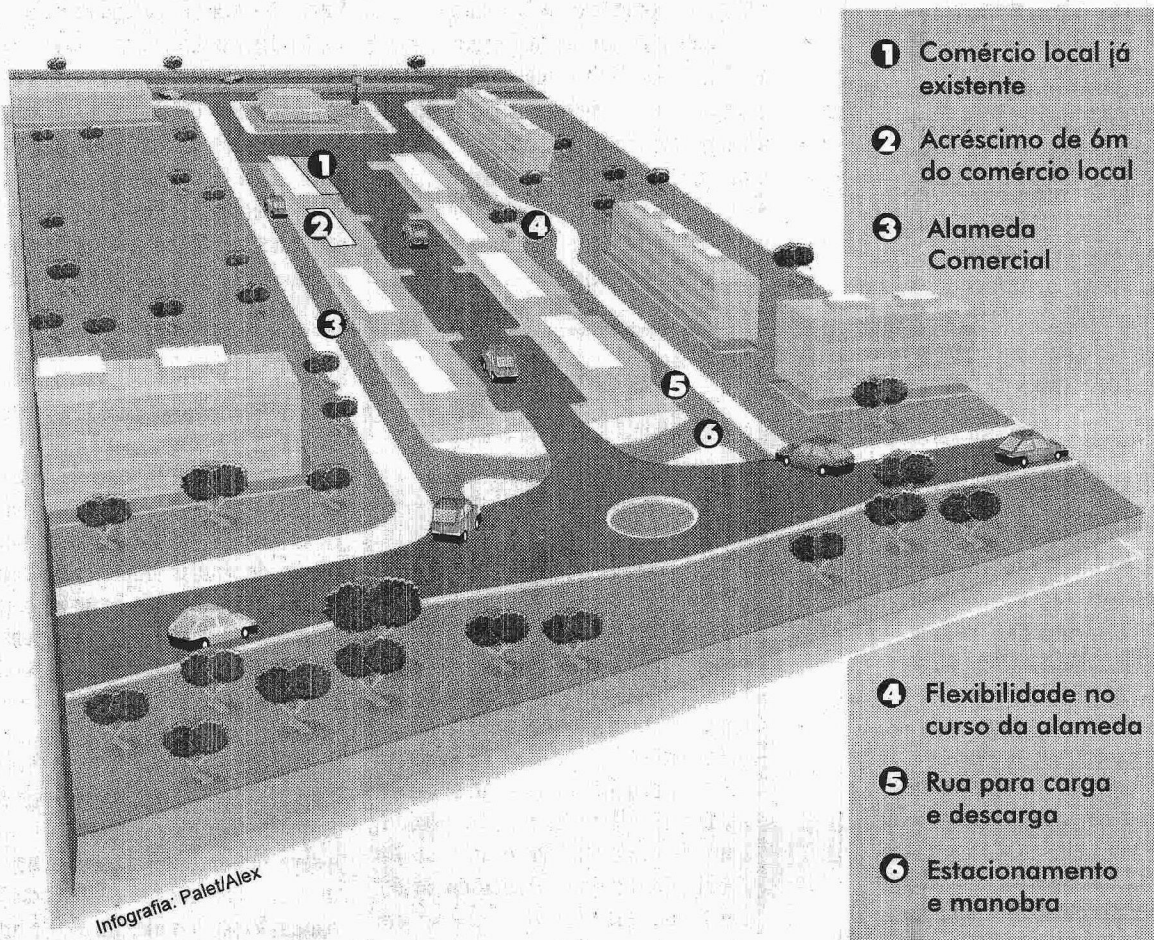
Definição - O presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Lindberg Aziz Cury, considera importante ainda uma definição mais detalhada do projeto. "A nossa comissão deverá discutir, juntamente com Oscar Niemeyer, todas as especificações, para chegarmos a um projeto único", explica.

Na avaliação de Lindberg, a proposta de regulamentação só traria benefícios. Segundo ele, a ampliação das áreas comerciais permitiria a fixação dos empresários num determinado local, geraria emprego e segurança. "O próprio governo seria beneficiado pois, com o aumento da área, aumenta-se o IPTU e gera-se mais receita", observa.

O projeto seria aplicado na Asa Sul. Conforme Lindberg Cury, na Asa Norte as construções são modernas e não seria necessário nenhuma modificação. Como as lojas da Asa Sul são muito antigas, as primeiras a serem construídas na cidade, precisam ser adaptadas à nova realidade. "No início, as lojas foram construídas para atender a um número menor de pessoas. A população aumentou, precisamos acompanhar esse crescimento", explica.

*8 ABR 1997 JORNAL DE BRASÍLIA

AS MUDANÇAS



Proposta recebe o apoio de lojistas

Mais espaço para estacionar os carros, construção de vias para carga e descarga de veículos, criação de um local para lazer. Por motivos diferentes, a proposta de ampliação da área comercial nas entrequadras do Plano Piloto agrada os lojistas de Brasília.

Maria Carmino Figueredo, 44 anos, é proprietária do Bar do Luiz, na 109 Sul, há 11 anos. A empresária acredita que a falta de espaço para estacionar os carros acaba espantando a freguesia. "Se construíssem um local específico para os carros dos lojistas seria ótimo", explica. Além do estacionamento, Maria Carmino acrescenta que a construção de uma pista para carga e descarga também seria uma boa idéia, "desde que não prejudicasse a área verde".

Cristiano Paul, 29 anos, proprietário da Funcional Móveis, na 405 Sul, não aprova a construção de uma via para carga e descarga de veículos em todas as quadras da Asa Sul. "Nessa entrequadra poderia ser viável, mas existem outras, com mais movimento, e a construção de uma via poderia tumultuar", argumenta.

Lin Tjhoilan, 40 anos, proprietária da Frutaria Hayashi, na 212 Sul, não considera a ampliação dos estabelecimentos comerciais um "risco para a estrutura arquitetônica de Brasília. Acho até que as lojas poderiam ter mais andares". (AD)